

PASSADO E PRESENTE DAS RELAÇÕES ENTRE SOCIEDADE E ESPAÇO E LOCALIZAÇÃO PONTUAL DA INDÚSTRIA MODERNA NO ESTADO DA BAHIA *

Milton Santos

INTRODUÇÃO

Ao longo da primeira metade do século, a situação industrial relativa da Bahia, dentro do país, tende a perder importância, somente voltando a ganhar relevo a partir dos fins dos anos 50 e principalmente no decênio de 70.

Comparada com as estatísticas nacionais brasileiras, a indústria localizada no Estado da Bahia é pouco expressiva quanto ao emprego, ao número de estabelecimentos, ao valor da produção ou à integração entre as atividades produtivas, mas recentemente ganha expressão de um ponto de vista estratégico, graças à instalação de um polo petroquímico, à criação de indústrias metálicas e mecânicas, à implantação de indústrias bélicas.

Desse modo, as mudanças recentes na estrutura da produção industrial são significativas.

I – O SISTEMA FEDERAL DE INCENTIVOS E A EVOLUÇÃO INDUSTRIAL RECENTE

A criação de um sistema federal de incentivos e encorajamentos é uma das causas da expansão recente da indústria bahiana.

O Estado da Bahia foi, no Nordeste, o que mais se beneficiou desses recursos, 36,1% do total da região, graças às condições particulares em que se dava o seu novo surto de industrialização. Para o ano de 1973, com 0,6% do número de projetos incentivados no país, cabia-lhe 4,9% do investimento fixo e 3,7% das isenções fiscais concedidas. Em 50 financiamentos a indústrias entre 1962 e 1972 pelo Banco do Nordeste, cerca de 60% iam a quatro ramos: metalurgia (22%), textil (11%), minerais não metálicos (14,8%) e química (9,9%), num total de 29 contratos, enquanto 20,9% eram consagrados a 3 indústrias de bebidas. Dados de 1973, indicam que na primeira plana (prioridade A) mais de metade das preferências iam às indústrias química e petroquímica (24,5%), metalúrgica (13,2%) e minerais não metálicos (13,2%). Na segunda prioridade, esses três ramos ultrapassavam, ainda, 50% do total. Assim: química e petroquímica: 8,1%; metalúrgica: 16,2%; minerais não metálicos: 27,1%.

* Comunicação ao Colóquio sobre "O Novo Espaço Energético e Industrial (Brasil, México, Venezuela, França)", Centre de Recherche et Documentation sur l'Amérique Latine, Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine, Université de Paris III, Paris 10 a 13 de maio de 1982. O autor beneficiou-se do apoio que lhe foi dado pela Secretaria de Planejamento do Estado e da ajuda financeira da FINEP e do CNPq.

As indústrias beneficiadas são aquelas cujos nexos são sobretudo nacionais e internacionais ou que têm relação direta com atividades especulativas. Estudos realizados na C.P.E. (Comissão de Planejamento Econômico) em 1974, nos indicam o alto grau de dependência tecnológica estrangeira encontrado nos ramos metalúrgico, mecânico, químico, material elétrico e de comunicações, bem como na petroquímica, onde "uma grande parte dos investimentos externos" é feita sob a forma de "know-how". Sem dúvida mantém algumas relações entre si, embora não sejam forçosamente orgânicas. Se as indústrias metálica e mecânica se desenvolvem paralelamente às outras atividades industriais dinâmicas e à construção civil, esta tem a sua expansão ligada em parte à criação das infraestruturas industriais, além da expansão e da renovação urbanas.

As Novas Indústrias Intensivas em Capital: Suas Principais Características

As indústrias instaladas na Bahia eram assim altamente capitalistas e criadoras de pouco emprego e a participação dos salários nas estatísticas globais de produção conhece diminuição progressiva.

Segundo Tibério Canuto:

"Os 21 bilhões de cruzeiros investidos no Estado de 1969 a 1976, de acordo com os dados da SUDENE, no setor industrial, criaram apenas 57 mil empregos industriais, ou seja, para cada emprego criado foi necessário um investimento de Cr\$ 368 mil. No caso do setor mais sofisticado do parque industrial baiano - o polo petroquímico - a exigência de investimento para cada emprego criado foi de aproximadamente Cr\$ 909 mil". (Canuto, 197-)

Leia-se igualmente o depoimento do próprio Secretário de Estado da Indústria e Comércio:

"O desenvolvimento industrial da Bahia na segunda metade da década de 1970 e por toda a década de 1971 deu-se basicamente em função de grandes projetos, entre os quais o Centro Industrial de Aratu, o Polo Petroquímico de Camaçari, os distritos industriais do interior, o canteiro de construção de plataformas marítimas em São Roque do Paraguaçu e o complexo metalúrgico do Cobre." (Sr. MANOEL FIGUEIREDO CASTRO, 1981).

A evolução recente da indústria bahiana é assimétrica, função, em grande parte, das preferências institucionais atribuídas a alguns ramos em detrimento de outros. De um modo geral pode-se dizer que entre as atividades menos favorecidas estão aquelas voltadas para o consumo popular ou que, pela sua natureza, têm maior impacto dentro do próprio Estado. Cresce mais a atividade dos ramos "dinâmicos" em relação aos "tradicionais". A expansão na área dos bens de produção e de consumo durável é bem maior que na do consumo não durável. Por outro lado, a concentração da economia privilegia as firmas maiores ou coletivas em detrimento das menores ou individuais.

A criação dessas novas indústrias faz-se também, em grande parte, sem uso de recursos próprios dos empresários que, desse modo, são subvencionados.

Os ramos industriais que obtiveram financiamento através de projetos aprovados na SUDENE, entre 1960 e 1972, raramente utilizaram mais de 35% dos seus próprios recursos na instalação das respectivas fábricas. A média global foi de apenas 25%. Segundo os ramos, o percentual de recursos próprios utilizados foi, em média:

50% : textil

entre 38% e 32% : bebidas; fumo; matérias plásticas; couros, peles e similares

entre 29% e 27% : minerais não metálicos; gráfica e editorial

entre 25% e 22% : perfumaria, sabão e velas; metalúrgica, mecânica, química, madeira, produtos alimentares

entre 20% e 18% : material elétrico e de comunicações, papel e papelão, mobiliário, material de transporte

16% : borracha

12% : produtos farmacêuticos e medicinais

O recurso aos incentivos e aos empréstimos por bancos públicos é frequente e incide sobretudo naquelas indústrias mais capitalistas e mais extrovertidas. Estas também se utilizam prioritariamente de espaços técnica e cientificamente preparados, com recusos públicos, para favorecer a sua instalação. Isto coincide com a preferência que é dada aos grandes projetos. Pode-se, desse modo, assimilar a expansão recente da indústria bahiana ao fenómeno de **enclave**? Tal indagação mostra-se cabível, quando também se observa que a origem dos insumos e a destinação do produto não são locais e que as relações interindustriais na própria área da produção são mínimas.

O crescimento industrial deve-se, sobretudo, à existência local de matéria prima e de mão de obra e a uma vontade governamental manifestada por toda sorte de encorajamentos. Mas a atividade industrial hegemônica no Estado da Bahia tem um papel distorsivo sobre as finanças públicas estaduais obrigadas a se adaptar às novas exigências criadas tanto pelos investimentos públicos federais, como pelos investimentos mistos e privados induzidos.

Por outro lado, a participação do empresariado local nesse novo surto industrial não é, relativamente, muito significativa. Os empresários locais constituem, de uma maneira geral, um grupo atomizado ocupado geralmente com pequenas e médias empresas onde predominam métodos tradicionais de produção, enquanto as empresas maiores e modernas mais recentemente implantadas vêm acompanhadas de empresários de outros centros, portadores de novos conhecimentos e experiências.

II – A DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DA INDÚSTRIA BAHIANA

O quadro da evolução do número de estabelecimentos industriais, de pessoas ocupadas, do volume e do valor produzidos somente ganha expressão real quando examinado em função de sua distribuição geográfica.

Uma certa dispersão recente

O número de municípios sem estabelecimentos industriais tende a diminuir, em termos relativos, ao longo dos anos. Eis aqui a sua significação percentual: 1940, 9,3%; 1950, 4,7%; 1960, 1,6%; 1970, 3,0%; 1975, 3,6%.

Enquanto em 1940 havia 14 municípios sem contar com estabelecimentos industriais, estes são 12 em 1975. O fato de que o número total de municípios mais que dobrou nesse período dá a esses dados uma significação ainda maior. Nesse mesmo período, cresce o número de municípios que têm entre 50 a 100 estabelecimentos e, mesmo, entre 100 e 500 estabelecimentos. Isso parece indicar que, a partir de 1950, foi possível a difusão do fenômeno industrial em um certo número de centros.

Anos	Municípios com mais de 500 estabelecimentos	Municípios tendo de 100 estabelecimentos a 500	entre 50 e 100	entre 11 e 50	entre 1 e 10
1940	—	1	5	33	98
1950	—	8	17	76	37
1960	—	10	29	108	54
1970	2	12	27	142	157
1975	1	12	31	144	149

A dispersão é semelhante se se leva em conta o número de pessoas ocupadas. Isso é claramente visível com as empresas tendo de 500 a 1000 empregados e nas de mais de 1000.

Municípios

	com mais de 500 empregados na indústria	com mais de 1.000	com mais de 2.000	5.000 a 10.000	mais de 10.000
1940	10	5	3	—	1
1950	14	4	2	—	1
1960	16	7	4	—	1
1970	19	6	3	—	1
1975	29	18	3	2	1

Paralelamente ao fenômeno de dispersão, pode-se reconhecer também o surgimento de indústrias mais significativas em um número maior de municípios, sobretudo após 1975.

Os vinte principais municípios: tendência à concentração seletiva

Coube aos 20 principais municípios, do ponto de vista do valor da produção industrial, uma parcela desproporcionalmente grande do produto total do Estado, ao longo dos quatro últimos decênios. Se esse percentual baixa consideravelmente em 1950 comparativamente a 1940 e se reduz ainda mais em 1960, em 1970 e 1975 retoma índices comparáveis aos de 1950.

**Valor da Produção Industrial
(em Cr\$ 1.000)**

	Estado da Bahia	nos 20 principais municípios	
1940	236.841	219.086	92.50%
1950	1.744.739	1.365.323	78.88%
1960	22.348.946	15.998.011	71.61%
1970	1.959.713	1.777.706	90.69%
1975	16.769.225	15.132.759	90.22%

Quanto ao pessoal empregado, nesses 20 municípios principais, há também uma baixa considerável, entre 1940 e 1950, a qual se repete, embora em menor escala, entre 1950 e 1960. Os anos de 1970 e 1975 marcam uma inversão de tendência.

Pessoal empregado nas indústrias

	Estado da Bahia	nos 20 principais municípios	
1940	28.932	25.106	86.68%
1950	42.290	28.698	67.85%
1960	50.023	30.749	61.46%
1970	59.329	41.582	70.10%
1975	92.361	64.012	69.28%

Uma análise superficial desses números indica que houve dispersão do número de estabelecimentos sobre o território do Estado, mas que as fábricas localizadas nos 20 principais municípios tiveram relativamente aumentado o valor de sua produção e reduzido o número de empregados. Em outras palavras, a concentração econômica e a evolução tecnológica e da produtividade teria ocorrido em certos lugares, de preferência a outros. O princípio da seletividade espacial das modernizações teria, mais uma vez, sido demonstrado. Para isso contribui a exploração de recursos naturais, minerais ou vegetais (como a madeira) em certos municípios.

Em 1970, a região administrativa de Salvador contava com quase um quarto (24.28%) do número de estabelecimentos industriais do Estado da Bahia, mas eram estabelecimentos de maior porte, tanto quanto ao número de pessoas ocupadas (60.57%), quanto ao valor da produção (79.92%) e ao da transformação industrial (81%). As regiões de Feira de Santana, Itabuna-Ilhéus e Vitória da Conquista representavam, reunidas, percentuais iguais a 24.99% do

número de estabelecimentos, 17.3% do pessoal ocupado, 12.38% do valor da produção e 10.46% do valor da transformação. Entre 1960 e 1970, há maior dispersão geográfica apenas quanto ao número de estabelecimentos, enquanto aumenta a concentração, sobretudo em Salvador e sua região, em relação ao emprego, ao valor produzido e ao valor de transformação.

Salvador e sua região: uma situação de macrocefalia

A situação de Salvador sempre foi privilegiada dentro do Estado. Mas a redistribuição geográfica recente da atividade industrial faz-se, em grande parte, em detrimento da Capital e em favor dos municípios vizinhos que com ela formam a chamada Região de Salvador.

Salvador e o Estado da Bahia

	Participação no valor produzido	Participação no emprego industrial
1940	45.72	37.43
1950	48.34	32.35
1960	36.62	24.81
1970	34.44	31.00
1975	21.92	25.23

O fato é igualmente verdadeiro se analisamos a parte da Capital junto à dos 20 principais municípios, no conjunto do Estado.

	Valor da Produção Industrial		Pessoal Ocupado na Indústria	
	20 principais municípios	Salvador	20 principais municípios	Salvador
1940	92.50	45.72	86.68	37.43
1950	78.88	48.34	67.85	32.35
1960	71.61	36.62	61.46	24.81
1970	90.69	34.44	70.10	31.00
1975	90.22	21.92	69.28	25.23

Salvador, guardou, até 1970, o primeiro lugar no Estado quanto ao número de empregados e quanto ao valor produzido. Quanto à participação na população industrial, a primazia é mantida em 1975. Mas ela é perdida no que refere à produção e Salvador deveu-se contentar, neste último ano, com um segundo lugar.

Cinco primeiros lugares quanto ao valor da produção

1940	1950	1960	1970	1975
Salvador	Salvador	Salvador	Salvador	S.F. do Conde
Sto. Amaro	St. Amaro	S.F. do Conde	S.F. do Conde	Salvador
Valença	Feira de Stana	Ilhéus	Simões Filho	Simões Filho
Alagoinhas	Ilhéus	Sto. Amaro	Feira de Stana	Camaçari
Maragogipe	Valença	Feira de Stana	Ilhéus	Candeias

Não tiremos, porém, conclusões apressadas. Se até o decênio de 50 e parte do de 60, o território industrial de Salvador se circunscrevia ao seu próprio município, hoje deve-se falar em uma região industrial de Salvador que desborda os limites do município para alcançar toda a Região Metropolitana de Salvador, onde se incluem os cinco mais importantes municípios industriais da Bahia.

Na Introdução de nosso estudo de 1956 sobre Localização Industrial em Salvador (Santos, 1958:245) dizíamos, enfaticamente: "É justo prever para Salvador um assinalável incremento industrial nos próximos anos". E dávamos as razões que nos levavam a fazer tal prognóstico: "Para isso conspiram, além de outros fatores, a concentração de recursos financeiros e técnicos, energéticos e de mão de obra, sem falar na presença de um porto e da existência de uma rede de transportes mais ou menos organizada, além de um mercado de consumo local que é a mais importante do Estado..." Alinhávamos, também, outros argumentos, a começar pelo dinamismo da construção civil, que considerávamos, então, como a atividade motora e, acreditando que "esse complexo, por sua vez", iria levar ao "fortalecimento e proliferação de indústrias a título subordinado, para atender às necessidades crescentes de uma população em aumento e também com nível de vida ascendente". Tudo isso, para chegarmos a uma conclusão (p.246): "Não é, pois, otimismo, admitir para Salvador, nos próximos anos, progresso industrial considerável".

Na metade da década de 50, mais exatamente em 1955, as indústrias presentes em Salvador estavam sobretudo no interior dos limites urbanos: 39.3% do total se encontravam no próprio centro da cidade, enquanto os subúrbios abrigavam apenas 6.9% do total.

O que na verdade se verificou é ter mudado a unidade espacial de referência, que deixou de ser o município de Salvador (que até então detinha a quase exclusividade das infraestruturas) para ser uma área mais ampla, a hoje chamada Região Metropolitana, onde novos investimentos em estradas, portos, comunicações, condutos de toda ordem e infraestruturas industriais foram feitos pelo poder público, com o objetivo, exatamente, de facilitar as implantações industriais.

III – AS MAIORES INDÚSTRIAS, O POLO PETROQUÍMICO DE CAMAÇARI E O CENTRO INDUSTRIAL DE ARATÚ

As 200 maiores indústrias

Entre as 200 maiores indústrias do Estado, a maioria se encontra na região de Salvador, sendo que 87 estão na própria cidade.

Localização das 200 maiores indústrias

Centro Industrial de Aratu (C.I.A.)	44	22%
Complexo Petroquímico de Camaçari	20	10%
Centro Industrial de Subaé	9	4,5%
Distrito Industrial de Ilhéus	4	2%
Distrito Industrial do São Francisco	2	1%
Distrito Industrial dos Imborés	1	0,5%
Distrito Industrial de Sauipe	1	0,5%
Outras Áreas	119	59,5%
(das quais Salvador)	<u>(87)</u>	<u>(43,5%)</u>
	200	100%

Essas 200 principais indústrias do Estado eram em 1975 responsáveis por uma produção avaliada em 14.5 bilhões de cruzeiros, num total de 22.6 bilhões para o Estado da Bahia.

A Refinaria de Mataripe representava, sozinha, a maior parcela, isto é, 15,5% do total, seguida pelas empresas do C.I.A., Centro Industrial de Aratú, com 12,8% e do COPEC, com 4,5% do total. Restava às 102 outras grandes empresas uma produção avaliada em cerca de 31% do total, enquanto ao grosso do número de fábricas médias e menores uma participação de 35,8%. (1)

Vale a pena ressaltar que apenas 22% dessas maiores fábricas não se localizam em áreas adrede delimitadas e já previamente beneficiadas pelo poder público. Somente 44 entre as 200 maiores indústrias tiveram que organizar o seu espaço imediato de produção, enquanto as demais, isto é, a maioria esmagadora, se prevalece, para sua instalação, e se utiliza para o seu trabalho atual, de um espaço praticamente **fabricado**, segundo critérios científicos e técnicos, e a elas destinado pelo poder público.

(1) Tratam-se, aliás, de indústrias altamente encorajadas por incentivos governamentais. Do total, apenas 12,5% não se utilizam de financiamento em estabelecimentos públicos de crédito. As estatísticas disponíveis assinalam que 82% o tiveram. Destas, 67% o obtiveram para o seu capital de giro e 50% para o capital fixo.

Os encorajamentos oficiais também se dão na forma de incentivos fiscais: enquanto 73,5% declararam havê-los utilizado, apenas um pouco mais de um quinto (21,5%) não os tiveram.

Segundo dados obtidos no Centro Industrial de Aratu em setembro de 1977, entre 89 empresas tendo utilizado incentivos fiscais, 29 se encontravam no patamar superior, com mais de 30 milhões de investimentos total em cruzeiros daquele ano.

Levando-se em conta o valor da produção das empresas instaladas no C.I.A., verificamos que, ao longo do tempo vai-se, praticamente, reduzindo, como tendência geral, a "espontaneidade" da localização das empresas e aumentando a sua indução. Levando-se em conta o número de estabelecimentos (e não o valor da sua produção) a tendência aparece ainda mais nítida.

Segundo um questionário da Federação das Indústrias, oitenta por cento das indústrias modernas programaram os seus investimentos. Elas não podem sobreviver sem o exercício de previsão, que lhes permite, com antecipação, avaliar o seu mercado provável, ajustar os fatores da produção e assegurar o seu êxito, levando em conta que o seu entorno (environnement) é, em grande medida, internacional.

É significativo que 70.5% dessas indústrias façam parte de sindicatos patronais. Vivendo, em grande parte, em função de favores ou concessões que o poder público lhes faz, estão, todavia, organizadas para obter ainda mais concessões e favores do Estado, em todos os seus níveis e, ao mesmo tempo, para negociar mais vantajosamente com os seus empregados. (2)

Indústrias altamente capitalistas, nelas o que menos cresce é o emprego. Tomando por base o ocorrido entre 1974 e 1979, quando o faturamento e os índices de capitalização crescem rapidamente, o emprego se expande modestamente. E enquanto os outros custos aumentam, os do trabalho diminuem: os operários ganham relativamente menos.

Índices de expansão verificadas nas 200 maiores indústrias entre 1974 e 1979

faturamento	762%
investimento total	1604%
capital imobilizado	1213%
patrimônio líquido	872%
capital subscrito	690%
mão de obra	48,1%

O Centro Industrial de Aratu e Aspectos da Industrialização Moderna (3)

Em 1980, o Centro Industrial de Aratu contava com 90 empresas em funcionamento, 10 em fase de implantação e 11 em projeto. O investimento total ultrapassava 45 bilhões de cruzeiros e os empregos diretos somavam 23.654 (**Tribuna da Bahia**, 21 out. 1980). A produção industrial do C.I.A. é relevante, comparativamente a do Estado, mas sobretudo em certos ramos, enquanto se mostra menos importante em alguns outros (textil e produtos alimentares) e inexistente em muitos. O essencial do investimento se devia às 5 empresas petrolquímicas com 35.8% do total, às 16 metalúrgicas, às 21 de minerais não metálicos, e as 7 mecânicas com, respectivamente, 27.9%, 11.9% e 9.3%.

(2) O emprego fornecido por essas 200 grandes empresas é, no geral, pequeno. Tomando os números brutos, as empresas médias são responsáveis pela maior parcela de emprego existente, 61.486 ou 54%, ficando o restante, 52.390, ou 46%, para as grandes empresas. Mas estas são apenas 34, enquanto as médias empresas são 166, cabendo, pois, às grandes uma média de 1.546 ocupados por fábrica e às outras uma média de 369.

(3) Sobre esse assunto ver, entre outros, os estudos de d'Arc (1981) e Thery, (1981). Ver, também, o documento de trabalho de Martins e Thery (1981).

A expansão do Centro Industrial da Bahia deu-se, aliás, em ritmo rápido, sua participação na produção industrial do Estado passando de 6,1% em 1970 para 16,9% em 1975 (ANÁLISE CONJUNTURAL, 1978:66). O número de pessoas ocupadas no C.I.A. aumenta consideravelmente, passando de 2.888 em 1970 para 12.476 em 1975. Mas o emprego aí gerado e a massa salarial correspondente são muito reduzidos se postos em relação com o total do Estado. Em 1975, o Centro Industrial de Aratu empregava apenas 1% do total estadual e pagava apenas 3,6% da massa salarial global.

Além disso, os empregos diretos tendem a se reduzir e, nas indústrias modernas, uma parte considerável da mão de obra não-direta vem de fora ou, então, vive fora do lugar de implantação. (4)

Enquanto o valor da produção cresce 43% entre 1970 e 1976 e a expansão do valor agregado bruto e da remuneração bruta de capital registra índices de 48.1% e 56.7%, respectivamente, o índice observado quanto ao aumento do custo da mão de obra, nesse mesmo período, é de 5.3%, a comparar, ainda, com o do valor da produção por pessoa ocupada (9.9%) e do valor agregado bruto por pessoa ocupada (13.8%) (RAUL PAZ e outros, 1978). (5)

(4)

BAHIA - INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO DO C.I.A.
TAXAS DE CRESCIMENTO DE INDICADORES SELECIONADOS
1971/1976

ANOS	PESSOAL OCUPADO	VALOR DA PRODUÇÃO	
		REAL A PREÇOS CONS- TANTES DE 1976	CUSTO REAL DA MÃO DE OBRA
1971	33.7	16.5	13.4
1972	37.5	94.5	-7.8
1973	37.4	50.8	14.1
1974	30.4	72.8	4.7
1975	15.2	30.1	6.5
1976	12.1	11.3	2.5
Taxa Geométrica do Período 1970/76	30.2	43.0	5.3

FORNTE: Pesquisa direta do CEPLAB, Centro de Estudos e Planejamento da Bahia, 1978.

(5) A média do pessoal ocupado por indústria cresce paralelamente com a média do valor agregado - potencial, conforme mostra o quadro seguinte.

BAHIA - CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS SEGUNDO VALOR AGREGADO
POTENCIAL E PESSOAL OCUPADO - 1976

CLASSES DE VALOR AGREGADO POTENCIAL	VALOR AGREGADO BRUTO %	NÚMERO DE EMPRESAS	PESSOAL OCUPADO	MÉDIA DO PESSOAL OCUPADO
Até Cr\$10 milhões	2.5	15	926	62
mais de 10 e até 20	4.7	9	990	110
mais de 20 e até 30	6.6	6	1.410	235
mais de 30 e até 100	20.1	9	2.538	282
mais de Cr\$ 100 milhões	66.1	7	4.705	672
TOTAL	100.0	46	10.569	230

Mas o emprego oferecido diminui relativamente ao valor produzido, pois a 66% do valor bruto, ostentado pelas maiores indústrias, correspondem pouco mais de 45% do pessoal empregado.

As relações interindustriais notadas no C.I.A. mostram que os fluxos internos e com as empresas do COPEC (Complexo Petroquímico de Camaçari) são importantes sobretudo para os ramos de produtos minerais não metálicos e da madeira, limitados na indústria química e petroquímica e pouco ou nada significativos nas demais.

A atividade do Centro Industrial de Aratú é claramente extrovertida. A simples verificação da importância relativa (em valor) de suas compras e vendas fora do Estado e mesmo fora da região do Nordeste é bem indicativa:

	Compras	Vendas
Fora do Estado da Bahia	77.6%	65.6%
Fora do Nordeste	67.6%	61.7%
Fora do Brasil	27.1%	5.1%

De uma maneira geral, as empresas sediadas no C.I.A., realizam nessa área e na do Complexo Petroquímico de Camaçari um percentual reduzido de suas vendas e de suas compras, isto é, apenas 6.1% e 10.1%, respectivamente.

Quanto à indústria petroquímica, uma pesquisa feita pela CEPLAB junto a onze empresas (CEPLAB, 1978, p. 100) mostra que fenômeno idêntico de produção quanto à origem e aos destinos da matéria prima.

	Origem	Destino
CIA/COPEC	14.8	6.9
(resto da) Bahia	21.4	1.4
(resto do) Nordeste	0.2	6.4
(resto do) Brasil	14.9	85.3
Exterior	48.7	-

A dependência externa é bem mais acentuada quanto ao suprimento de matéria prima, mas a capacidade do Estado da Bahia e da Região do Nordeste para absorverem o produto é reduzida. É pouco significativa a integração local das atividades, uma situação de "enclave" que caracteriza, de um modo geral, as indústrias bahianas.

IV – AS RELAÇÕES SOCIO-ESPACIAIS DO PASSADO E A LOCALIZAÇÃO INDUSTRIAL

Muitos fatores podem ser alinhados para compreender o fenômeno da industrialização na Bahia e sua localização. Entre eles se encontram as características do mundo agrário, da população economicamente ativa, do terciário, as condições da urbanização e a fraqueza da infraestrutura do território durante um longo período.

O mundo agrário

Durante o período colonial, o Império e a República, o mundo agrário bahiano, sempre foi atrasado: isso se relaciona com a estrutura bahiana da propriedade e com outros aspectos estruturais, ligados a uma certa estrutura de classes e à correspondente formação de uma ideologia bahiana, forjada muito antes do capitalismo se instalar de maneira clara e generalizada no País, ideologia da classe dominante, presente ainda hoje apesar de a economia estadual já não dispor do mesmo grau de autonomia local. Hoje, a economia bahiana é marcada, em grau importante, pela propriedade ou controle das empresas por agentes de fora, mas tal ideologia, cujas raízes vêm de longe, continua sendo instrumental, como um importante dado intermediário para viabilizar a expansão de empresas novas e de novos interesses econômicos.

Desde o começo do século, o Estado mantém aproximadamente 10% da população ativa da agricultura do Brasil. Outras unidades ampliaram essa participação como, num certo momento, Mato Grosso e hoje, o Maranhão, o Pará, o Amazonas e os Territórios. Mas a Bahia mantém a sua população agrária entre 10% e 11% do total nacional em todos os recenseamentos que se fizeram no Brasil neste século. Trata-se também de uma população agrária com reduzida capacidade de consumo. Formada em grande parte de analfabetos, desprovida, em larga proporção de acessibilidade aos serviços essenciais, também faltam a essa população rural, cujo número total não decresce, meios eficazes para transmitir suas demandas aos diversos níveis do poder.

A Bahia assiste também a uma longa permanência de uma atividade fundada, principalmente, no trabalho do homem. Em 1940, havia apenas 9 tratores em todo o Estado da Bahia; em 1950, havia 8 tratores e poucos arados. Estes eram 1.645 em 1940 e 4.647 em 1950. Paralelamente, os próprios tipos de produção agrícola prevalentes na Bahia nos decênios de 40 e 50, tornavam difíceis, sobretudo no Interior, não só a industrialização como a própria terciarização da economia bahiana.

Pobreza e baixa renda

Quem examinasse, então, as formas de utilização da terra, no Estado da Bahia, as técnicas empregadas, o permanente "chômage" do solo agrícola, tão grave quanto o dos homens, a pequena área efetivamente utilizada pelos lavradores, em virtude da necessidade de rotação ou pela incapacidade financeira de utilizarem mais terras, sabe que os indivíduos que dispõem de um hectare não podem valorizar mais do que uma terça, uma quarta ou uma quinta parte desse hectare. Então, os 75.000 novos proprietários de estabelecimentos tão pequenos, encontrados no recenseamento de 1960, gerem estabelecimentos com pequenas possibilidades de auferir resultados financeiros. Isso significa que foram atiradas à pobreza, na área rural, entre 200 e 300 mil pessoas, considerado o tamanho médio das famílias.

A renda "per capita" da Bahia não chega à metade da do Brasil, tomado como um todo, enquanto em São Paulo a renda individual média é o dobro da do país. Em 1954, cada bahiano tinha uma renda média de 4.000 cruzeiros, cada brasileiro perto de 8.150 e cada paulista 15.700. Enquanto a renda nacional cresceu de 51.3%, entre 1947 e 1954, a renda bahiana aumentou apenas de 48.7%, o que implica em redução relativa dos padrões de vida. Tomando por

base aquele ano, o índice bahiano era, em 1954, de 292, enquanto o brasileiro era de 311 e o paulista de 337.

Tais números ganham mais relevo sabendo-se que Salvador, com menos de 10% da população, apresenta-se com 25% da renda do Estado. E a renda "per capita" das áreas rurais varia entre 22 e 28% da de Salvador.

A população ativa

A população economicamente ativa da Bahia diminui relativamente, quanto comparada com a do país. A proporção de ativos era, de 10.3% em relação ao Brasil em 1940, de 10% em 1950, e de 7.8% em 1970. Isso certamente desfavorece a modernização e a industrialização, sobretudo levando-se em conta que se trata de um Estado eminentemente agrícola. Uma série de outros dados concernentes à agricultura na Bahia têm relação negativa com o processo de modernização e industrialização, como, por exemplo, o emprego, as formas de propriedade, isto é, a relação jurídica existente entre o dono da terra e o trabalhador. Examine-se, também, a relação existente entre esses parâmetros e a fraqueza do setor terciário na Bahia, se o comparamos com o do país como um todo.

A Bahia dispunha de 6,4% do terciário brasileiro em 1940, percentual que baixa para 5,7% em 1950, vai para 5,8% em 1960 e, de novo, se reduz para 5,5% em 1970. Em outras palavras, a parte do terciário diminui, enquanto a da população aumenta. A frágil expressão da urbanização pode, por seu turno, ser relacionada a esse terciário reduzido e pouco diversificado, incapaz desse modo de ativar expressivamente o consumo e a industrialização. Ainda hoje, mais da metade do terciário se concentra em apenas 20 municípios.

Fatores remotos

A explicação do que hoje se dá, passa, também, pelo exame de fatores remotos, ainda mais antigos.

Se, por exemplo, comparamos a situação industrial da Bahia em relação ao Brasil na segunda metade do século passado, vemos que o Estado dispunha, em 1875, de uma situação privilegiada quanto às indústrias têxteis, com 11 fábricas, enquanto a capital do país, o Rio, tinha 5, São Paulo 6 e Minas 5. Já em 1885, a Bahia dispunha de 12, mas o Rio já estava com 11, isto é, a posição de relevo da Bahia começa a declinar. A produção industrial da Bahia, que fôra de 3.2% do Brasil em 1907, baixa para 2.8% em 1920, e ainda mais para 1.7% em 1938 e 1.5% em 1958.

Se, ainda aqui, levamos em conta as relações existentes entre a evolução da indústria e diversos outros fatores como o grau de urbanização e o número de cidades de um certo tamanho, a importância do terciário, e sua localização específica no território, à rede de estradas existentes, teremos, desse modo, elementos para chegar às raízes de parte da atual problemática bahiana.

Em 1872, a Bahia dispunha de 14 cidades com mais de 3 mil habitantes. Em 1920, elas são 28. Pernambuco, em 1872, só dispunha de 3 cidades com tal população, mas em 1920 elas são 30. No Rio Grande do Sul elas são 3 em 1872, mas em 1920 elas já eram 30. E em São Paulo, havia apenas uma cidade desse porte em 1872, enquanto em 1920 há 34 localidades com essa população. Tais números permitem verificar a modificação, sobre o território brasileiro,

Em 1875, a Província da Bahia era a que dispunha do maior número de indústrias têxteis, posição que perde em 1885, quando Minas Gerais a ultrapassa e o Estado do Rio de Janeiro quase a iguala.

PROVÍNCIAS	Número de Fábricas	
	1875	1885
Maranhão	1	1
Pernambuco	1	1
Alagoas	1	1
Bahia	11	12
Rio de Janeiro	5	11
São Paulo	6	9
Minas Gerais	5	13

FONTE: CASTRO. (1971: 106)

**VALOR PERCENTUAL DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL
TOTAL EM DIVERSOS ESTADOS**

	1907	1920	1938	1958	1970
Guanabara	33.1	20.8	14.2	11.4	...
São Paulo	16.5	31.5	43.2	55.0	57.5
Rio Grande do Sul	14.9	11.0	10.7	7.7	7.5
Rio de Janeiro	6.7	7.4	5.0	6.6	12.4
Paraná	4.9	3.2	1.8	3.1	4.2
Minas Gerais	4.8	5.5	11.3	5.6	6.4
Pernambuco	4.0	6.8	4.2	2.8	2.1
Bahia	3.2	2.8	1.7	1.5	1.8
Outros	11.9	11.0	7.9	6.3	8.5
	100	100	100	100	100

FONTE: IANNI (1968), citado por CORRÊA DA SILVA (1974) e Anuários Estatísticos do IBGE.

da localização das cidades médias entre fins do século passado e começos do século atual. Isto tem relação também com a distribuição dos setores ocupacionais.

Em 1872, a Bahia tinha 17% de sua mão de obra estatisticamente ocupada na indústria, mas esse dado inclui, evidentemente, a indústria canavieira, então muito importante. Nesse mesmo ano, os ocupados no setor terciário eram 12% do total. Já em 1920, a participação do setor secundário na população ativa da Bahia era de 14%, menor por conseguinte que há meio século antes, o mesmo se dando com o terciário, que comparecia com 10% do total dos ativos. Dir-se-ia que houve um processo de "rurificação" do Estado da Bahia, movimento que se realizava em sentido oposto ao de outros estados. Quanto ao Estado de São Paulo eram 12% da população ativa no setor secundário em 1872, esse percentual subindo para 17% em 1920. Nesse mesmo Estado, a parte do terciário alcança 12% naquela primeira data, para atingir 16%, em 1920.

Entre 1872 e 1920, o setor secundário na Bahia cresce de 21%; mas ele cresce 300% em São Paulo, 422% no Distrito Federal e de 166% no Rio Grande do Sul. Enquanto isso, o terciário cresce de 30% na Bahia e 655% no Rio Grande do Sul, enquanto em São Paulo e no Distrito Federal os ganhos eram de 275% e 185% respectivamente.

Parece-nos que uma certa forma de distribuição da população no território pode ou não ajudar a desenvolver a economia e fazer nascer e crescer indústrias. O fato de que a população bahiana tenha sido tão dispersa terá contribuído para que o nível de sua terciarização não tenha recuado em vez de aumentar, na fase mesma em que o Brasil se industrializava. Isso poderá, também, ajudar a compreender porque o processo de industrialização da Bahia já começava comprometido. Essa forma de decolagem do processo de industrialização iria determinar que as indústrias acabassem por se criar somente ali onde havia concentração de população e onde, dadas as condições de transporte da época, era possível fazer chegar rapidamente produtos a uma população que dispusesse regularmente de um certo nível de renda. Esse não foi o caso, por exemplo, da Chapada Diamantina, onde a estrada de ferro acabou por não chegar, obrigando os produtos a um deslocamento em lombo de burros. É fato que ali, também, a prosperidade não foi durável tanto quanto o foi no Recôncavo. Fatos como esse ajudam a explicar, de um lado, o tipo de indústrias que se criaram na Bahia, e de outro lado, a sua localização no território estadual.

Um sistema cambial limitante

Enquanto a Bahia se apresenta com "déficit" na balança do seu comércio com outros Estados da União, ostenta um grande saldo nas trocas com o estrangeiro. Esse fenômeno é antigo. Em 1955, a Bahia tinha um saldo negativo no valor de quase 3 bilhões de cruzeiros em suas trocas com as outras unidades da Federação, pois, exportando perto de 2.6 bilhões, comprava 5.6 bilhões. No mesmo ano, invertiam-se os termos, quanto ao comércio com o estrangeiro, pois para uma exportação de quase 5.5 bilhões, as importações não atingem 1 bilhão, o que deixa um saldo positivo de 4.5 bilhões.

Esses números significam que o saldo acumulado em moedas fortes pelo comércio exterior bahiano serviu ao desenvolvimento fabril de outros Estados, aos quais, a Bahia deveria, depois, adquirir produtos manufaturados.

Parece que a competição das indústrias de outros Estados, sobretudo as do sul do país, atua como fator determinante, conquanto não se possam desprezar os fatores locais. Entre estes, está uma velha utensilagem não remodelada, cujo exemplo mais frisante são as indústrias têxteis. Melhores condições de desenvolvimento manufatureiro, provocando depois melhores condições de operação, permitiram o oferecimento de preços competitivos pelas fábricas do Sul do país. O fortalecimento da indústria paulista e suas implicações políticas e econômicas levaram a uma solução cambial que sendo nominalmente de interesse nacional, beneficiava, de fato, as situações já presentes. A existência de economias externas, nesses grandes centros, fortaleceu o seu parque fabril, diversificando-o. Todos esses mecanismos entrelaçados terminaram por ir afastando gradualmente da Bahia a possibilidade de se impor como província industrial.

Fraqueza dos transportes e dispersão da população

Outros fatores devem ser acrescentados à análise, como a frouxidão da rede de transportes e a dispersão demográfica.

A rede dos transportes vai se enfraquecendo a partir de Salvador e do Recôncavo. A exceção é o caso especial da zona cacauzeira, mas aí o que vemos são, sobretudo, estradas de escoamento. A falta de transporte agrava o isolamento. Este é responsável por um valor real menor dos produtos nas fontes de produção, o que conduz a uma poupança ainda menor do lavrador.

A dispersão da população é outro fator negativo. Exceto o Recôncavo, onde a densidade demográfica é maior (80 hab/Km²), nenhuma das demais regiões apresenta índices superiores a 22 hab/Km² (1950).

Além de Jequié, Conquista, Juazeiro e Bonfim, as cidades com mais de 10.000 habitantes em 1950 estavam praticamente concentradas no Recôncavo e no sul do Estado. Na metade ocidental do território apenas duas cidades contavam com mais de 5.000 habitantes em 1950, Barra e Barreiras. Desse modo, o mercado industrial e o mercado em geral eram fracos o que se acentuava pelo fato de que as mencionadas dificuldades de transportes contribuíam para depreciar os produtos agrícolas e encareciam os produtos industriais.

Uma economia conservadora

É indispensável concluir que se a vontade de desenvolvimento de um Estado como a Bahia era freada por fatores externos, também o era por fatores internos, dentre os quais uma economia tipicamente conservadora, voltada sobretudo para atividades especulativas que lhe atribuíam uma margem de lucros considerada satisfatória. Os próprios dirigentes da economia intitulavam-se como "as classes conservadoras". Tais fatores conspiravam para que os interesses investidos no Estado preferissem manter as situações existentes, em lugar de desejar uma mudança. As atividades tradicionais, fornecem, então, uma base de lucro aparentemente satisfatória e são favorecidas, dentre outros fatores, pelo modo vigente de crédito bancário. Os bancos emprestam sobretudo sob modalidades comerciais. Essa fórmula, apesar dos juros altos, serve à agricultura comercial, não só porque esta pode arcar com o peso desses juros altos, como porque o sistema comercial facilita a recuperação do dinheiro emprestado. Tanto o cacau como o fumo, o sisal ou a mamona suportam um rolamento de apenas 4 meses, tanto mais que os empréstimos, via de regra, vão sobretudo às casas exportadoras, não ao lavrador diretamente. No caso do cacau, uma certa percentagem de agricultores tinha a oportunidade de negociar diretamente com os bancos. A hipótese, todavia, é mais rara com as demais culturas. A incerteza da operação, os juros mais altos porque comerciais, a exigência de recuperação do dinheiro emprestado em 4 meses, desestimulam a sua aplicação para incremento às indústrias. O fato de que os principais bancos baianos estivessem em mãos das mesmas firmas e pessoas com interesses investidos nas culturas comerciais e no seu comércio exterior ou nacional, é bem ilustrativo. Afóra essa atividade, os bancos parecem preferir o financiamento, velado ou ostensivo, de outras atividades ainda mais nitidamente especulativas, como a própria especulação imobiliária. Além de uma grande margem de lucros, esta assegura um reembolso também rápido do capital empregado. A interferência bancária nesse caso atua, então, como elemento contrário à concentração, que nesse ramo já era frequente em outros países e, mesmo, em outros Estados brasileiros. A multiplicação das pequenas e médias empresas de construção responde ao interesse de controle dos bancos que, por outro lado, não desejam assumir riscos diretamente. Em 1955, apenas duas empresas de

construção civil empregaram mais de 200 pessoas, e três tinham entre 100 e 200 operários, para um total de 30 organizações operando em Salvador.

Desse modo, as indústrias financiadas pelo sistema bancário local são, sobretudo, aquelas que se destinam a preparar para a exportação os produtos agrícola e aquelas ligadas à construção civil. São, principalmente, ajudadas as "indústrias coloniais" e as que se destinam a reforçar outros aspectos da atividade especulativa, tão característica da economia bahiana e de Salvador, desde os primeiros tempos.

Uma espécie de coalescência entre as atividades superiores da vida econômica regional (o banco, o comércio de exportação, o comércio grossista) parece atuar de modo conservador, desestimulando mudanças.

V – A INDÚSTRIA BAHIANA: UM ESFORÇO DE PERIODIZAÇÃO

Numa primeira fase de industrialização na Bahia, o processo de localização era comandado pelo consumo local, e, também, pelas disponibilidades locais de energia. Essa fase dura, praticamente, até os anos 40. Então, as dificuldades de comunicação dentro do Estado e para fora dele eram grandes e as relações interestaduais se faziam sobretudo por mar, pois não havia ainda uma "rede" ferroviária, nem tampouco rodoviária. As estradas existentes eram pouco numerosas, pouco extensas e claramente precárias.

A fase anterior aos anos 40

A localização das indústrias era, desse modo muito estrita. As cidades e sobretudo a maior delas, Salvador, contavam com fabricações de certos produtos para o consumo corrente, produtos que praticamente não podiam vender fora de sua área de influência imediata. É fato que as condições de produção eram muito diversas, de lugar a lugar no país, e a inexistência de um mercado único também contribuía a que os custos e os preços fossem muito diversos. A possibilidade de concorrência entre os produtores era assim realçada, mas tinha pequena eficácia de um ponto de vista espacial: o país ainda era um "grande arquipélago"...

Nessa fase, as economias com que as indústrias produziam eram economias internas às firmas. A localização dependia do consumo ou da possibilidade de utilizar localmente fontes de energia natural e às firmas quase não mantinham entre si relações funcionais, financeiras ou orgânicas.

O caso da Companhia Valença Industrial, uma das mais antigas indústrias têxteis brasileiras, é típico. Ela se utilizou de uma queda d'água, situada bem próximo ao litoral ao sul de Salvador, na cidade de Valença. O uso da energia mecânica, feito diretamente, assegurava-lhe a possibilidade de uma produção para o resto do país, a custos também compensadores. As próprias usinas de açúcar mantinham oficinas, que fabricavam as peças de reposição de que a atividade necessitava.

Devemos, igualmente, acrescentar que, então, todos os tempos produtivos eram lentos, desde o tempo da produção, com o uso de máquinas de lenta substituição, ao tempo da circulação, inclusive a do dinheiro. Isso permitia ao investidor esperar, sem prejuízo para o processo produtivo capitalista, que o seu capital investido regressasse às suas mãos bem mais tarde, quando o produto, através dos intermediários, alcançava o consumidor. Aliás, o próprio pro-

cesso de recolhimento dos pagamentos era lento, não raro feito através de vendedores-cobreadores, os famosos caixeiros-viajantes...

Parece dispensável indicar que, nesse primeiro período, a importância do setor industrial, exceção feita às indústrias que exportavam, estava ligada ao volume do consumo local. A importância de Salvador era, então, esmagadora, em relação às demais localidades, para a maior parte da produção fabril manufatureira.

Os dois fatores fundamentais de localização eram, assim, as virtualidades oferecidas pela Natureza, como no caso da Valença Industrial, e o consumo efetivo e potencial.

O período posterior a Segunda Guerra Mundial

O fim da Segunda Guerra Mundial incide sobre a economia bahiana como um todo e sobre a produção industrial de maneira específica. Realçemos dois dos seus aspectos fundamentais. De um lado, a indústria dos países centrais passa a demandar novos produtos tropicais; de outro lado, a revolução do consumo começa a impor novos gostos. A isso se acrescentam a expansão da produção e do comércio de produtos já estabelecidos, como o cacau e os progressos na criação de gado. Isto, junto com a presença de novas plantações, como as de sisal e, posteriormente, as de mamona, aumenta a monetarização da economia, ao mesmo tempo cria novos empregos, inclusive nos setores intermediários, como o dos transportes, assegurando, assim, a possibilidade de tornar eletivas as potencialidades de consumo.

Boa parte dos produtos agrícolas era industrialmente tratada, antes de ser encaminhada à exportação. Era o caso do cacau e da mamona, cujas indústrias se localizavam nos portos, mas sobretudo em Salvador. Quanto ao sisal, era objeto de um primeiro acondicionamento nas áreas produtivas e nas cidades próximas, antes de conhecer, no porto de Salvador, a fase final de preparação para o envio ao estrangeiro e, mais tarde, também ao Sul do país.

Esta segunda fase é, pois, marcada pela expansão das duas tendências anteriormente indicadas: o consumo local e a exportação. Já aqui as localidades do interior, sobretudo algumas delas, começam a conhecer um certo desenvolvimento industrial. Os transportes eram, ainda, um obstáculo à integração do mercado, representando, por isso mesmo, uma possibilidade a mais para a criação industrial em núcleos urbanos relativamente isolados. Esta é, certamente, uma das razões pelas quais as indústrias localizadas em Itabuna, Ilhéus, Feira de Santana, etc., podiam encontrar soluções próprias, embora precárias, ao seu problema de abastecimento energético, dotando-se de conjuntos elétricos próprios, individuais. Mesmo em Salvador, onde o abastecimento em eletricidade era marcado por frequentes interrupções, as firmas maiores estavam obrigadas a adquirir geradores termo-elétricos, para se assegurarem a possibilidade de um trabalho contínuo. Em outras palavras, um bom número de firmas eram, para poder funcionar, compelidas a criação de suas próprias economias internas, ao mesmo tempo em que começa a se impor um novo discurso, o da criação mais generalizada de economias externas, capazes, desse modo, de ensejar uma produção mais barata. Seriam os inícios de um processo de socialização das forças produtivas de uso industrial, processo que conhecerá, daí por diante, uma contínua aceleração. Então, as economias externas disponíveis eram, de um lado, os portos, mas sobretudo aquele que era o

único modernamente equipado, o porto de Salvador e, de outro lado, os próprios equipamentos urbanos, elementares no início do novo período.

Distinguir-se-iam, então, três tipos de indústria, a partir dos fatores acima indicados e levando em conta à sua vocação principal ao consumo ou à exportação. No setor consumo, as firmas trabalham sobretudo com o uso de suas próprias economias internas. Mas no setor de exportação, além da influência das economias internas à firma, pode-se falar também naquelas que exigiam e contavam com economias externas para o seu funcionamento.

As indústrias de consumo, tendem, pois, a localizações seletivas e estritas, ligadas à presença de uma população numerosa ou com relativamente alto poder aquisitivo. Quanto às indústrias de exportação, sua localização depende em parte de economias externas fixas, como os portos, mas também de outro tipo de economias externas, como os incentivos cambiais ou o preço dos transportes. Isso explica a localização alternativa das indústrias de cacau, em Salvador ou na região produtora.

A partir dos anos 60

O começo dos anos 60 marca a ampliação das tendências que já se viam esboçando e a implantação de novas variáveis. A população e o emprego se ampliam, juntamente com a monetarização das trocas; a urbanização progride e o consumo ganha um ímpeto considerável. Ao mesmo tempo, a expansão rodoviária esboçada antes se afirma, não apenas pela multiplicação da quilometragem disponível, como pela melhoria da qualidade das estradas. Os meios de telecomunicação conquistam cada vez um maior número de regiões e cidades, onde, também, o processo de eletrificação se generaliza. Paralelamente, as cidades de tamanho médio ficam mais numerosas e maiores e são igualmente mais dotadas de infraestruturas.

Então, os projetos de industrialização lançados no período anterior começam a se tornar realidade e o próprio movimento da economia e da sociedade são um fator determinante para a criação de novas fábricas.

Até então, as indústrias trabalhavam sobretudo a partir de suas próprias economias internas e as economias de escala era pouco importantes. A partir dessa fase, os dois tipos de economia se conjugam, influenciando positivamente um sobre o outro e ampliando consideravelmente sua influência como suporte para novas iniciativas, sobretudo porque a importância e a gama de externalidades e de economias externas é incomparavelmente maior.

O fato de que o Estado da Bahia passe a dispôr, desde então, de possibilidades de comunicação com os centros industriais mais desenvolvidos do Sudeste cria novas condições de concorrência. Estas, porém, não se manifestam para todas as indústrias, em virtude das possibilidades diferentes na esfera da distribuição: não esqueçamos de que, no início dos anos 60, a monopolização da economia apenas começava a se generalizar. Por outro lado, há acentuação da tendência anterior a um desenvolvimento industrial baseado fortemente na existência local de riquezas naturais ou agrícolas, como no caso das indústrias ligadas ao petróleo ou à madeira; ou nas indústrias "coloniais" agrícolas, como as fibras e os óleos vegetais. É, igualmente, nessa fase, que começam a surtir efeitos mais nítidos os incentivos federais para a industrialização do Nordeste, o que vai permitir a diversificação industrial, fundada em parte na criação de uma indústria de bens intermediários contando com a demanda das novas indústrias

motoras, em parte para atender as novas e antigas indústrias de bens de consumo; mas voltada também para um mercado distante, dentro do país e no estrangeiro.

Num primeiro momento, todavia, a concentração no uso da energia é não apenas ligado às possibilidades de sua utilização efetiva, mas a estrangulamentos de ordem técnica: Salvador era a única localidade capaz de receber a energia barata produzida pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF). Isso teve um grande peso nas decisões de localização. A presença próxima do gás, tanto natural como engarrafado, teve também uma certa influência, embora menor. A rede de transportes e comunicações também se adensa e melhora nas proximidades de Salvador, coincidindo com a área de exploração do petróleo.

Nessas condições é Salvador que se torna a maior beneficiária das possibilidades de expansão industrial.

Já agora os ritmos de mudanças se tornam mais rápidos e os seus elementos propulsores ganham efeitos mais dinâmicos. Nessa ótica é que se pode reconhecer a existência de um novo período, cujo início se poderá, sem maior rigor, fazer coincidir com a segunda metade dos anos 60.

A fase mais recente

Esse período é marcado, de um lado por uma maior dependência em relação a variáveis externas, nacionais e internacionais e em consequência uma menor dependência quanto ao consumo local, efetivo ou potencial. A nova fase também se caracteriza pelo fato de que o papel dos recursos naturais é muito menos direto, passando a ser subordinado a fatores administrados, isto é, políticos, tanto de política pública como de política interior às firmas implicadas. Na realidade, os dois grupos de variáveis se integram em um todo coerente. A esses fatores devemos acrescentar mais um, cuja influência é relevante, isto é, a criação na região de Salvador e, mesmo, dentro da própria cidade, de **espaços novos**, construídos segundo especificações científicas e técnicas de modo adequado a permitir a difusão de atividades portadoras de capital especulativo novo.

De um lado, torna-se uma realidade a criação, esboçada anos atrás, do Centro Industrial de Aratu e do Complexo Petroquímico do Nordeste. Essas obras são complementadas pela mais importante reforma urbana realizada no país, através da renovação da Cidade de Salvador, possibilitada, em grande parte, pela iniciativa de criar um novo centro cívico, o Centro Administrativo da Bahia, construído em terrenos que estavam, antes, praticamente vazios. Esse conjunto de obras permitia, ao mesmo tempo duas coisas: 1) a criação de espaços funcionalmente especializados, oferecidos vantajosamente às indústrias que nele deviam se instalar; 2) a criação de vias de comunicação moderna, ligando partes da velha cidade à nova, possibilitando a abertura de novos bairros cujo acesso aos espaços industriais novos é facilitado, ao mesmo tempo em que era facilitado o acesso aos portos (antigos e novos) e às estradas interestaduais. Foi, desse modo, que a velha Cidade rapidamente se torna um **meio de trabalho** moderno, adequado à implantação de grandes capitais representado por indústrias e outras atividades modernas, às quais paralelamente eram oferecidas, mediante investimento público, condições excepcionais de instalação e operação.

As condições impostas pela divisão territorial do trabalho no país, bem como pela divisão internacional do trabalho, junto a razões políticas e à sistemática de incentivos levaram a que certas indústrias fossem incentivadas, em detrimento de outras. Desse modo, foram encorajadas a se instalar de preferência indústrias dinâmicas (sobretudo nos ramos químico, petroquímico, metalurgia) além da construção civil, com maior impacto em favor da produção de bens de produção e menor desenvolvimento das indústrias de bens de consumo não durável e mesmo durável, sobretudo de consumo popular. A Cidade e o Estado continuaram, pois, tributários de importações de outros Estados quanto a gêneros necessitados pelo grosso da população.

Relativamente reduzida, a expansão medíocre das indústrias "tradicionais" e de bens de consumo, menos atingidas pelos favores oficiais, tem um impacto negativo sobre a distribuição da renda. A população urbana pobre é duramente afetada pelo processo de modernização da cidade, já que está obrigada a comprar, para os seus usos imediatos e urgentes, produtos que chegam a Salvador após um longo e caro processo de intermediação e transporte, enquanto as indústrias locais mais importantes trabalham, em grande parte, para vender fora. Some-se a isso o grande impulso que foi dado à especulação imobiliária com a modernização da cidade. Isso contribui para empurrar a população pobre para lugares sempre mais distantes, o que é particularmente sensível numa aglomeração onde as tarifas públicas de transporte são proporcionais à distância. Tais processos conduzem a efeitos de empobrecimento cumulativos e circulares, que repercutem também sobre as possibilidades de criação de novas indústrias ligadas ao consumo popular, mesmo no setor menos provido de capitais.

A orientação que foi dada ao desenvolvimento industrial tem, pois, uma parte importante entre as causas do empobrecimento geral da população, que termina por influir, de volta, sobre as possibilidades de criação de novas atividades, industriais e de serviços – às vezes tão interrelacionadas – ligadas ao consumo de massa. Isso sem dúvida contribui para agravar a extroversão da economia em geral e da economia industrial do Estado da Bahia.

As novas indústrias, tributárias de tecnologia, capital e mão de obra de fora, dependem, assim, em grande parte de fatores exógenos e distantes, cujo controle escapa às forças propriamente locais, ao mesmo tempo em que se beneficiam de vantagens localmente existentes ou localmente criadas. Isso caracteriza uma situação típica de "enclave".

Testemunhamos agora a ampliação destas últimas tendências, pelo fato de que se criaram mais espaços novos, não só para a produção – os Distritos Industriais – como para a circulação. É o que assegura a realização da tendência a uma dispersão relativa da produção, uma limitada extroversão da área de atividades de Salvador o que se dá com o uso, ainda uma vez, de recursos naturais mas com a criação de infraestruturas adequadas e pela ação combinada do desenvolvimento das forças produtivas à escala nacional e à escala internacional, que levam, igualmente, a um programa de reflorestamento, à abertura de novas frentes agrícolas e à necessidade de uma exploração mineral mais intensa e intensiva.

Um corte transtemporal desse processo, ou seja, a análise de evolução permite verificar como se vão reduzindo, após, uma primeira fase de ampliação, o papel do consumo e a influência direta dos recursos naturais, ao mesmo tempo em que vão se alargando o papel das infraestruturas e da criação de espaços novos, da circulação e dos bancos, da ciência, da técnica e do Estado,

como fatores fundamentais da evolução, isto é, da sucessão de períodos na história mais recente da industrialização na Bahia. Uma delimitação precisa entre as fases ou períodos em si. De qualquer maneira, porém, a caracterização aqui proposta é tentativa e preliminar, devendo ser muito acolhida muito mais como uma hipótese de trabalho que como um resultado acabado, que somente uma pesquisa aprofundada poderá permitir. Nosso objetivo foi o de detectar conjuntos funcionais e talvez estruturais, isto é, pedaços de tempo em que um certo número de fatores ou variáveis funcionando como em um sistema, permitem reconhecer especificidades de uma situação, suas características principais e as relações que comandam o próprio processo.

As ideologias da industrialização na Bahia

O processo de industrialização na Bahia passou por diversas etapas que correspondem pelo menos a três ideologias, além de uma quarta que está por ser criada. A primeira foi a ideologia do progresso. O progresso é o desenvolvimento tal como cada sociedade o decide. Essa filosofia do progresso foi substituída, após a Segunda Guerra Mundial, pela filosofia do desenvolvimento. É esta última ideologia que leva à criação de organismos como o Instituto de Economia e Finanças, mais tarde a Comissão de Planejamento Econômico (CPE). Até os anos 60, essa ideologia reunia diversas gamas de homens progressistas e de boa vontade, e que, de certo modo, se opunham à ideologia conservadora. Eles pensavam, através de um discurso desenvolvimentista, poder mudar a face da Bahia, inclusive através um certo tipo de industrialização. Por exemplo, a criação do FUNDAGRO – Fundo de Desenvolvimento Agro Industrial, já manifestava uma oposição, de certa forma, aos projetos grandiosos, mas extrovertidos, da SUDENE, pois sustentava a proposta da criação de indústrias voltadas ao consumo local. O FUNDAGRO foi criado (uma espécie de semente do Banco de Desenvolvimento da Bahia) para permitir a criação, no Estado, de indústrias de médio porte, para as quais a SUDENE, preocupada com a grande industrialização, não voltava a sua atenção. Por essa mesma razão, os planos de localização industrial então elaborados previam, também, espaço para as fábricas médias e também para as indústrias ligadas ao consumo popular. Esse plano foi abandonado e substituído por outro, no qual os benefícios oferecidos pelo poder público foram sobretudo para servir às grandes firmas.

É essa ideologia do “crescimento” que vai explicar a preferência dada a certos tipos de indústria, aquelas que justamente contribuem a um aumento mais rápido do produto. Daí essa tendência que de então em diante se espalha, de fazer referência ao crescimento bruto observado em um Estado, ou do crescimento bruto de uma região, como se isso pudesse realmente existir.

Mais recentemente uma nova ideologia, ainda não claramente formulada, parece se impôr. Ela terá de ser gerada a partir da crise atual, para presidir à realização de novos processos dentro da industrialização bahiana, nos anos a vir.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- D'ARC, HÉLÈNE RIVIÈRE** (1981) – Aux environs du pôle petrochimique: la difficile croissance de la ville de Camaçari. **Documents de Recherche** du Centre de Recherche et Documentation sur l'Amérique Latine (CREDAL), Institut des Hautes Etudes de l'Amérique Latine, Univ. Paris III, março.
- D'ARC, HÉLÈNE RIVIÈRE e THERY, HERVÉ** (1981) – Analyse de la population de bas revenus. **Documents de Recherche** du Centre de Recherche et Documentation sur l'Amérique Latine (CREDAL), Institut des Hautes Études de L'Amérique Latine, Univ. Paris III, março.
- CANUTO, TIBÉRIO** (197) – A industrialização na Bahia. **Cadernos do C.E.A.S.**
- CASTRO, ANTONIO BARROS DE** (1981) – **Sete ensaios sobre a economia brasileira**. RJ, Forense.
- CASTRO, Sr. MANOEL FIGUEIREDO** (1981) – Entrevista. Salvador, **Caderno Econômico** de A Tarde: 09-01-1981.
- CORRÊA DA SILVA, ARMANDO** (1974) – Desenvolvimento industrial e Geografia. **Boletim Paulista de Geografia**, 49:31-44.
- IANNI, OTÁVIO** (1968) – **O colapso do populismo**. RJ, Civilização – Brasileira.
- MARTINS, LUCIANO e THERY, HERVÉ** (1981) – La problematique des "poles de développement" et l'experience de Camaçari. **Documents de Recherche**, CREDAL, Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine, Univ. Paris III, novembro.
- PAZ, RAUL e OUTROS** (1978) – A indústria de transformação do Centro Industrial de Aratu. **Análise Conjuntural**, 5(1).
- SANTOS, MILTON** (1958) – Localização industrial em Salvador. **Revista Brasileira de Geografia**, XX(3):245.

RESUMO

Análise do processo de industrialização recente no Estado da Bahia, sua problematização histórica e periodização, tentando compreender os antecedentes e as consequências sócio-espaciais do desenvolvimento, a partir de meados dos anos 60, de uma industrialização, de grandes empresas, sobretudo de meios de produção (exemplos: Centro Industrial de Aratu, Complexo Petroquímico de Camaçari), beneficiária de incentivos federais de toda ordem (inclusive, localização em espaços praticamente **fabricados**), que define uma situação de "enclave". Corresponde à ideologia de "crescimento", posta em causa pela crise atual.

RÉSUMÉ

L'article fait une analyse du processus d'industrialisation récente dans l'État de Bahia, sa problematisation historique et sa périodisation dans le but de comprendre les antécédents et les conséquences socio-espaciales du développement, depuis les années soixante, d'une industrialisation de grandes entreprises surtout des moyens de production (exemples: Centre Industriel de Aratu, Complexe Petro-chimique de Camaçari) bénéficiaire des stimulants fédéraux de tout ordre (y compris localisation dans des espaces pratiquement **fabriqués**) ce qui définit une situation d'enclave, correspondant à l'idéologie de "croissance" mise en cause par la crise actuelle.

ABSTRACT

This article analyses the recent industrialization process in Bahia state, its historical problematics and its periodic division. It tries to understand the antecedents and socio-spacial consequences of development since middle sixties of an industry of great enterprises (as the Industrial Centre of Aratu, Camaçari Petro-chemical Complex) beneficiary of federal incentives of various kinds (including location in practically **built** spaces) that defines a situation of "enclave". It corresponds to an ideology of "growth" questioned by the present crisis.